

Constituição Histórica do Curso de Pedagogia da UFPI, em Teresina (1973-1984)

ARTIGO

José Henrique Plácido dos Santos

Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil

Francisco Gomes Vilanova

Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil

1

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar aspectos do processo de constituição do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí entre os anos 1973 e 1984. O problema da pesquisa traduz-se na seguinte interrogação: como ocorreu o processo de implantação e funcionamento do curso no período em questão? A pesquisa vincula-se ao campo da História da Educação, amparada em autores como Silva (2006), Cruz (2011), Bello (2021), Scheibe (2007), Carvalho (2013), Brzezinski (1996), Martilli (2004), entre outros. Trata-se de uma pesquisa documental realizada nos acervos de setores administrativos da UFPI, a qual analisou atas, decretos, pareceres, matrizes curriculares, etc. O estudo permitiu olhar a trajetória do curso a partir do movimento em torno da criação da instituição, além de discutir aspectos de sua organização e funcionamento. Acredita-se que a pesquisa contribui para a história da formação em Pedagogia e ampliação das discussões do campo da História da Educação.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. História da Educação. UFPI.

Historical constitution of the Pedagogy Course at UFPI, in Teresina (1973-1984)

Abstract

The aim of this paper is to analyze the aspects of the process of constitution of the Pedagogy Course at the Federal University of Piauí between the years 1973 and 1984. The research problem is expressed in the following question: how was the course implemented and operated during the period in question? The research is linked to the field of the History of Education, based on authors such as Silva (2006), Cruz (2011), Bello (2021), Scheibe (2007), Carvalho (2013), Brzezinski (1996), Martilli (2004), among others. This is a documentary study carried out in the archives of UFPI's administrative sectors, which analyzed minutes, decrees, opinions, curricular matrices, etc. The study made it possible to look at the course's trajectory from the point of view of the movement surrounding the creation of the institution, as well as discussing aspects of its organization and operation. It is believed that the research contributes to the history of the training in Pedagogy and broadens discussions in the field of the History of Education.

Keywords: Pedagogy course. History of Education. UFPI.

1 Introdução

2

Este artigo elegeu como tema central a história do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em Teresina¹ no período que se estende entre 1973 e 1984. O recorte inicial da pesquisa justifica-se tendo em vista que este é o ano de implantação do curso no campus da instituição em Teresina. Já o marco final foi definido devido às alterações em sua proposta curricular, ocorridas no ano de 1984.

O interesse pelo tema surgiu quando procuramos mapear informações acerca da história do curso, em Teresina, e percebermos que as pesquisas relacionadas a temática ainda são tímidas e lacunares. Essa situação despertou nossa curiosidade em fazer um mapeamento de fontes que permitissem conhecer aspectos do seu passado. Outro ponto de motivação para a realização da pesquisa refere-se à possibilidade de contribuir para o debate em torno das comemorações dos 50 anos de implantação do mencionado curso. Portanto, o objetivo deste artigo consiste em analisar aspectos históricos da sua trajetória no período delimitado para o estudo.

A pesquisa vincula-se ao campo da História da Educação, articulada com a História Cultural que, a partir das décadas finais do século XX, ampliou de maneira significativa suas fontes e objetos de estudo. Na concepção de Chartier (1990), a História Cultural procura identificar o modo como em diferentes lugares e momentos distintos uma determinada realidade social é construída. Pesavento (2008, p. 42) aponta que “a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações”.

Olhar o passado a partir dessa óptica nos ajuda a compreender a constituição do mencionado curso a partir das condições determinadas pelos contextos nos quais estava inserido. Dessa forma, as pesquisas no campo da História da Educação têm

¹ A Universidade Federal do Piauí é constituída pelo *Campus* “Ministro Petrônio Portella”, em Teresina; *Campus* “Senador Helvídio Nunes Barros”, em Picos; *Campus* “Professora Cinobelina Elvas”, em Bom Jesus; e *Campus* “Amilcar Ferreira Sobral”, em Floriano. Além desses, ainda integrava a estrutura da UFPI, o *Campus* “Ministro Reis Veloso”, em Parnaíba. Este último foi desmembrado da UFPI por meio da Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, que criou a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

acompanhado as tendências da História Cultural. Daí se tem observado deslocamentos de interesses que contemplam uma diversidade de questões ainda pouco exploradas no campo. Acerca desse assunto, Galvão e Lopes (2010, p. 35) enfatizam que “essas tendências historiográficas também provocam mudanças na seleção dos objetos de pesquisa e na forma de abordá-los”.

A partir dessas novas perspectivas, procuramos olhar os processos que resultaram na implantação, assim como procuramos compreender a organização e funcionamento do curso. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo vincula-se a uma pesquisa documental, cujas fontes examinadas foram localizadas nos acervos da instituição. Os documentos analisados integram os acervos da Coordenação de Pedagogia e de órgãos administrativos da instituição, os quais foram compreendidos como históricos, por produzir interpretações acerca do passado. “Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação ao meio social que o conserva” (Karnal; Tatsch, 2009, p.21).

Entre as fontes mobilizadas, estão: decretos, pareceres, resoluções, informativos, atas, propostas curriculares, relatórios, atos da reitoria, portarias e ofícios. A operação de análise desses documentos ocorreu por meio de mapeamento, classificação e seleção (Certeau, 2013) daqueles que se relacionam ao objeto e ao tempo analisado. Esse procedimento resultou nas categorias que compõem a análise da pesquisa: implantação, organização e funcionamento.

Os documentos acionados permitiram produzir uma interpretação sobre os processos de implantação, organização e funcionamento da graduação estudada, uma vez que “é graças aos vestígios e aos indícios que chegaram até o presente que os pesquisadores podem propor explicações sobre o que se passou” (Luca, 2020, p. 8). Nesse sentido, estabelecer um olhar sobre o passado é uma tarefa sensível, pois “o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através dos registros e sinais do passado que chegam até ele” (Pesavento, 2008, p.42).

Quanto à organização, este trabalho encontra-se estruturado em três seções: a primeira trata da criação do curso no Brasil, bem como da motivação pela qual este foi criado, assim como seus objetivos iniciais, além de informar quais concepções defendiam nos seus primeiros anos de funcionamento. A segunda seção discute o processo de sua implantação, tomando como ponto inicial o processo de criação da UFPI e a implantação do Centro de Ciências da Educação (CCE). Na seção final a discussão gira em torno da organização e funcionamento, a partir da sua composição curricular, durante o período examinado.

2 O Curso de Pedagogia no Brasil

No Brasil, o Curso de Pedagogia foi criado na década de 1930, pelo Decreto-Lei nº. 1.190, de 4 de abril de 1939, que “instituiu o curso no bojo da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil” (Cruz, 2011, p. 29). Ao longo do tempo, o mesmo passou por várias mudanças, principalmente no que se refere ao seu campo de atuação. Inicialmente, objetivava formar pedagogos-teóricos da educação, depois teve como objetivo formar pedagogos habilitados para supervisionar, inspecionar, administrar escolas, orientar alunos e para o magistério do curso normal.

Sua implantação ocorreu por consequência da preocupação com a formação de docentes para atuarem no ensino normal (Martelli; Manchope, 2004). A princípio, surgiu com um ideário de habilitação bacharelesca, ou seja, formando o Técnico em Educação. Para se tornar professor licenciado, teria que se graduar em Didática - no Esquema 3+1². Ademais, o curso também foi criado para suprir carências de profissionais dessa natureza no país. Naquele contexto, havia a necessidade de um profissional com conhecimentos

² O esquema 3+1 foi criado pelo Decreto-Lei nº 1190, de 04 de abril de 1939 que estabeleceu a organização da Faculdade Nacional de Filosofia. O documento estabelecia que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras deveriam ofertar os cursos de bacharelado com três anos de duração, cujo diplomado poderia fazer complementação de sua formação em nível de licenciatura, ao realizar o curso de Didática, com duração de um ano. Esse esquema vigorou até o início dos anos 1960, quando o curso passou por reformulações e a sua extinção foi proposta.

técnicos aprofundados acerca das questões educacionais. Então, o pedagogo passou a ser visto como o profissional mais adequado para tratar dessas questões. Acerca dos fatores que motivaram sua implantação cabe enfatizar o seguinte:

A instituição do Curso de Pedagogia no final da década de 30 decorreu de um longo processo de tentativas dos legisladores em definir as bases da formação do professor, em especial, para atuar no ensino secundário. Francisco Campos, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 18 de novembro de 1930, destacou a necessidade de formação específica para os professores desse nível de ensino. No ano de 1931, ao empreender a reforma do ensino secundário, sugeriu a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras (Cruz, 2011, p. 30).

Dessa forma, ainda que, a princípio, o curso não tivesse a finalidade de promover a formação de professores para atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, sua instituição no Brasil se estabeleceu como um marco na educação primária, secundária e superior.

O Curso de Pedagogia foi criado na forma de bacharelado e, conforme o Decreto-Lei nº 1.190/1939, possuía organização curricular estruturada da seguinte forma: no primeiro ano, eram ofertadas as seguintes disciplinas: Complementos da Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação e Psicologia Educacional. No segundo ano: Estatística Educacional, História da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Psicologia Educacional e Administração Escolar. Os componentes curriculares do terceiro ano eram formados por: História da Educação, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Educação Comparada e Filosofia da Educação (Brasil, 1939). Diante do exposto, na composição curricular, pode-se observar que alguns componentes se repetem por mais de um ano.

Além das disciplinas ofertadas durante os três anos, ainda havia a oferta do Curso de Didática, com duração de um ano. Segundo o Art. 20 do Decreto de 1939, o mesmo constituir-se-á das seguintes disciplinas: Didática geral, Didática especial, Psicologia educacional, Administração escolar, Fundamentos biológicos da educação e Fundamentos sociológicos da educação (Brasil, 1939). Essa complementação habilitava

o pedagogo a preencher qualquer cargo ou função no magistério do ensino normal, em estabelecimento administrado pelos poderes públicos ou entidades particulares, ou ao preenchimento dos cargos ou funções de assistentes de qualquer cadeira, em estabelecimentos destinados ao ensino superior da Pedagogia (Brasil, 1939).

A partir dessa estrutura organizacional, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.190/1939, observa-se que, entre os objetivos do curso, estava a oferta de formação de profissionais aptos a atuarem na administração da educação, conforme indica o seu art. 51, ao estabelecer que “a partir de 1º de janeiro de 1943 será exigido: [...] c) para o preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação, o diploma de bacharel em pedagogia” (Brasil, 1939). A estrutura curricular sofreu alterações a partir das regulamentações dos pareceres do Conselho Federal de Educação de nº 251/62 e nº 292/62. A nova normatização:

estabeleceu o currículo mínimo para Pedagogia e regulamentou as matérias pedagógicas para a licenciatura, mantendo as proposições do bacharel e do licenciado, buscando modificar a estrutura do sistema de três anos do bacharelado e mais um ano de Didática para obtenção do diploma de licenciado em Pedagogia” (Brandt; Hobold, 2019, p. 14).

Pela nova regulamentação as disciplinas do Curso de Didática poderiam ser estudadas de forma concomitante às do bacharelado. No entanto, esse princípio não chegou a se concretizar, permanecendo a forma semelhante ao Esquema 3+1 (Durlí, 2007). Anos mais tarde, a Lei nº 5.540/1968, que tratava da reforma universitária, estabeleceu no art. 30 competências para a habilitação, na graduação em Pedagogia. Segundo a nova legislação, “[...] o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior” (Brasil, 1968).

Como resultado da mencionada reforma, o Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer CFE nº 252, de 11 de abril de 1969 que, entre outros pontos, definiu que a formação em Pedagogia conferia o grau de “Licenciado” ao cursista e voltava-se para professores atuarem no ensino normal. Além disso, incluiu-se as habilitações com

especialidades em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional. Esse documento extinguiu o bacharelado na área e Didática tornou-se disciplina obrigatória para todas as habilitações.

Essas mudanças ocorreram após a atuação do pedagogo ser posta em dúvida. Ao dissertar sobre o propósito e as incertezas dessa função, Silva (2006, p. 64) afirma que “faltava alguma referência sobre a sua destinação profissional, não se percebia, na época, as ocupações a serem preenchidas por este novo profissional”. As incertezas da função do pedagogo influenciaram o desenvolvimento da licenciatura em Pedagogia. Sobre essa questão, Brzezinski (1996, p. 46) assinala o seguinte:

Marcado por uma pseudo-identidade, passo a passo, o curso de Pedagogia foi ocupando lugar periférico no contexto das licenciaturas que já eram periféricas no elenco dos demais cursos superiores, porque eram percebidas como cursos de segunda categoria. Os professores mais bem preparados na universidade não se dedicavam ao Curso de Pedagogia.

A discussão sobre a identidade do curso vigorou mais intensamente nos primeiros anos de sua criação e funcionamento. Dessa forma, ainda que tenham sido criadas com a tentativa de superar seu caráter generalista, as habilitações não foram suficientes para sanar a dúvida no entorno das funções do pedagogo.

Segundo Catani e Oliveira (2002) a Reforma Universitária provocou inúmeras transformações nos cursos de formação de professores, os quais assumiram a função de formar técnicos (especialistas em educação), cujas funções giravam em torno da supervisão, orientação, administração, inspeção e planejamento escolar. De acordo com Nascimento (2012), foram propostos cursos de licenciatura de curta duração³ (2 anos), e de plena duração (4 anos) e pós-graduação entre 2 e 4 anos adicionais, implantação dos

³ Os cursos de Licenciatura de curta duração surgiram, em caráter experimental e emergencial, no início da década de 1960, devido a necessidade e deficiência no campo docente, cuja maioria era constituída por professores sem a qualificação adequada para o ofício. A intenção era suprir, em caráter de urgência, a demanda por professores com qualificação mínima, em um curto tempo. Para mais informações, consulte Nascimento (2012).

cursos básicos e sistema de créditos, que contribuíram para a dissolução daqueles de classes seriadas.

A formação de pedagogos com diferentes habilitações sofreu duras críticas, uma vez que não se via com bons olhos a estratificação de especialidades da formação no Curso de Pedagogia em nível de graduação. Essas ressalvas davam a perceber que a perspectiva de formação com as habilitações se inseria na perspectiva tecnicista da educação, que teve forte propagação na sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1970 (Scheibe, 2007). Dessa forma, as habilitações na graduação colaboraram para o enfraquecimento da formação e atuação do pedagogo. Portanto, “[...] não se pode formar o educador com partes desconexas de conteúdos, principalmente quando essas partes representam tendências opostas em educação: uma tendência generalista e uma outra tecnicista” (Silva, 1999, p. 70). Ou seja, o curso e a profissão ainda experimentavam um período de instabilidade no qual buscava conquistar seu espaço e consolidar-se no campo educacional.

3 Implantação do Curso de Pedagogia na UFPI, em Teresina

No que se refere a implantação do curso, parece pertinente contextualizá-la como desdobramento do movimento de criação da Universidade Federal do Piauí. Em circunstância da proximidade desses eventos se percebe um entrelaçamento de suas trajetórias.

A Universidade Federal do Piauí foi criada pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, que autorizou o seu funcionamento sob forma de fundação. Foi inaugurada em 1º de março de 1971 através da junção das seguintes faculdades: Faculdade de Direito (FADI), Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia do Piauí (FAFI), Faculdade de Odontologia e Faculdade de Administração, sediada em Parnaíba (Sousa Neto, 2020). A administração da nova instituição ficou a cargo do Desembargador Robert Wall de Carvalho, que foi nomeado reitor *Pro Tempore*, em janeiro de 1971, para as primeiras providências de instalação. Vale destacar que a criação de uma universidade pública no

Piauí ocorreu por meio do esforço coletivo de segmentos da sociedade civil, governo estadual, governo federal e iniciativa privada.

Após a inauguração da UFPI, as faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Filosofia e Administração continuaram a funcionar em seus locais de origem. A mudança para o *Campus* Ministro Petrônio Portella só ocorreu em 1973, com a construção da estrutura embrionária da instituição, conforme assinalado a seguir:

A notícia da instalação e início das obras movimentaram a região. Segundo a pesquisadora Cristina Cunha de Araújo, o Campus da Universidade trouxe aspectos urbanos, valorização dos imóveis e melhoria na infraestrutura do bairro Ininga e dos outros bairros próximos. Foram construídos casas e estabelecimentos comerciais que atraíram novos moradores, bem como as ações da prefeitura passaram a ser mais constantes na área. Até a publicidade passou a relacionar os empreendimentos residenciais com a proximidade da UFPI (UFPI, 2021).

O então Governador Alberto Silva (1971-1975) apostou que a UFPI seria uma oportunidade para pôr em ação seu plano de desenvolvimento para o Estado. Nesse contexto, utilizou-se de sua influência e sugeriu o nome do professor Hércio Ulhôa Saraiva, da Universidade de Brasília, para o cargo de Reitor, no qual foi empossado em 24 de julho de 1971. Sua gestão deu início à construção dos primeiros galpões do *Campus* da Ininga, bem como a centralização e definição de serviços acadêmicos, organização de departamentos e centros institucionais.

Nesse contexto, por meio da Resolução 16, de 05 de outubro de 1971, foi criado o Departamento de Educação da UFPI, que tinha como propósito:

ministrar disciplinas afins na área de conhecimentos pedagógicos; elaborar planos de trabalhos e programações anuais do ensino de educação na UFPI; atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal docente; colaborar com a implantação da Reforma nº 5.692/71; planejar e criar cursos de licenciatura curta e plena duração; coordenar o trabalho docente; designar professores orientadores para auxiliar alunos de graduação na elaboração dos planos de estudos e o constante aperfeiçoamento do pessoal docente. Inicialmente, este departamento estava subordinado de forma direta ao Reitor (Sousa, 2022).

Diante desses objetivos, em janeiro de 1972, ocorreu a primeira reunião para discutir a estrutura do Departamento de Educação. Segundo Sousa Neto (2020, p.176),

nessa reunião estiveram presentes o reitor Hécio Ulhoa Saraiva e a comissão designada para estruturação do Departamento: Juracy Mendes Soares, Maria Cristina Oliveira e Iracema Santos Rocha da Silva (como representantes do Departamento) e os professores convidados através da reitoria: Maria Susana Pontes Vasconcelos (Universidade Federal do Ceará), Milton de Oliveira (Universidade Católica de Minas Gerais), Helena Maria Gazzinele Cruz de Oliveira e Guido de Almeida (Universidade Federal de Minas Gerais) e ainda o professor Luiz Ernani Torres da Costa e Silva, representando o Projeto Piauí.

A respeito dessa estruturação, Queiroz (2011) enfatiza que a comissão responsável por esse trabalho propôs a oferta de dois tipos de curso, que “seriam os cursos com duração plena e curta de: ‘1) Formação Pedagógica das Licenciaturas de Conteúdo e 2) Administração Escolar’; ‘e em curta duração as habilitações de: 1) Supervisão Escolar e 2) Inspeção Escolar” (p. 95). No caso dos cursos de curta duração, eles seriam ofertados de forma pontual, para atender as demandas do Governo Estadual, o que implica dizer que não funcionariam de maneira regular.

Esta comissão “sugeriu ainda a criação do Centro de Ciências Educacionais (CCE) que seria constituído por dois departamentos, o Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) e o Departamento de Métodos e Técnicas de Educação (DMTE)” (Sousa Neto, 2020, p. 177). O mesmo autor acrescenta que o documento também estabeleceu as etapas de sua implantação, entre as quais:

definir tarefas de acordo com os recursos disponíveis; levantar necessidades e treinamento de pessoal; oferecimento de educação ajustando-se aos princípios e normas legais, bem como a realização de curso de formação pedagógica das licenciaturas de conteúdo, oferecimento dos cursos de Licenciatura em Administração Escolar e Supervisão Escolar (Sousa Neto, 2020, p. 177-178).

Nessa perspectiva, a criação do CCE visava cumprir os projetos do Plano Setorial do Ministério da Educação (MEC) e atender as demandas do sistema educacional do Estado do Piauí, sobretudo aqueles relacionados a carência de profissionais qualificados e habilitados para o exercício do magistério (Sousa, 2022).

Dessa forma, o CCE passou a contribuir para a formação de professores de diversas áreas, oferecendo currículos para cursos de licenciatura de curta e plena

duração, buscando atender as demandas, prioritariamente, da Secretaria de Educação Estadual, que carecia de um contingente de profissionais habilitados para atuar na educação básica. A seguir é apresentado um mapeamento dos cursos em funcionamento em 1973, entre os quais, são destacados:

11

- a) Ciências da Saúde
 - Medicina
 - Odontologia
 - Enfermagem
- b) Ciências da Natureza
 - Licenciatura Plena em Física
 - Licenciatura Plena em Matemática
 - Licenciatura em Ciências para o 1º grau
- c) Ciências Humanas
 - Direito
 - Administração
 - Tecnologia em Programação Econômica e Planejamento Administrativo
 - Licenciatura Plena em Letras
 - Licenciatura Plena em História
 - Licenciatura Plena em Geografia
 - Licenciatura Plena em Comunicação e Expressão (curta duração)
- d) Ciências da Educação
 - Licenciatura em Técnicas Comerciais
 - Licenciatura em Artes Industriais
 - Pedagogia (Bello, 2021, p. 368).

Como observado, os cursos foram agrupados em quatro centros: saúde, natureza, humanas e educação. No Centro de Ciências da Educação, encontravam-se os cursos de Licenciatura em Técnicas Comerciais, Licenciatura em Artes Industriais e Pedagogia. No tópico seguinte, o enfoque será direcionado para a análise desse último curso, em que se discute sua implantação, organização e funcionamento no *Campus* Ministro Petrônio Portella, em Teresina, no período delimitado neste estudo.

4 Organização e funcionamento do Curso de Pedagogia na UFPI

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí foi implantado em 1973, em caráter de licenciatura curta. Inicialmente visava atender à demanda estadual que

necessitava de profissionais qualificados para distintos setores da educação. Sobre tal implantação temos a seguinte citação:

O curso de Pedagogia foi iniciado em 1973 por uma demanda da Secretaria Estadual da Educação do Piauí, que queria qualificar Administradores e Supervisores Escolares. Iniciou um curso de curta duração, em regime parcelado (funcionava em períodos que coincidiam com as férias escolares da rede estadual), conforme os convênios que foram sendo firmados com a Secretaria de Educação. Havia um vestibular específico para esta entrada. Em 1975 o curso de Pedagogia passou a ser oferecido também como curso permanente, em duração plena, com entrada pelo vestibular unificado (Carvalho, 2013, p. 81).

Implantado, a princípio, para suprir uma carência de profissionais desta área no Piauí, o curso contribuiu para a formação de profissionais para atuarem junto a formação de professores por meio do ensino normal, e para a educação básica piauiense, nos cargos de Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional. Nesse primeiro momento, o mesmo foi criado em forma de licenciatura curta e funcionou em caráter especial, através de convênios com a Secretaria Estadual de Educação. Isso implica dizer que essa formação teria sido pensada com o objetivo de colaborar com a qualificação do quadro de pessoal daquele órgão. Observe-se que a forma de ingresso ocorria através de vestibular específico e seu funcionamento se dava em períodos parcelados durante o intervalo de férias escolares. Isso ocorria com o intuito de atender aos profissionais da educação que se encontravam em serviço ao longo do ano.

Assim como a maioria dos cursos de licenciatura criados no Brasil nesse período, a graduação em Pedagogia da UFPI surgiu para qualificar os profissionais da educação básica em nível superior, uma vez que parte dos docentes que atuavam no ensino de primeiro e segundo grau eram profissionais sem formação adequada, como engenheiros, médicos, advogados, entre outros. Em 1975, o curso foi autorizado a funcionar como licenciatura plena através do Ato da Reitoria nº 237, de 6 de maio de 1975. Esse ato determinava o seguinte:

1. Autorizar o funcionamento dos seguintes cursos, convalidando todos os atos praticados, do vestibular as matrículas subsequentes:

- 1.1 Licenciatura em Pedagogia
- 1.2 Licenciatura em Educação Para o Lar – 1º Grau
2. Revogam-se as disposições em contrário (UFPI, 1975).

Seu reconhecimento foi obtido através do Decreto nº 81.935, de 11 de julho de 1978, que estabelecia o seguinte:

13

Art. 1º - É concedido o reconhecimento aos Cursos de Pedagogia, licenciatura de 1º grau, com habilitações em Supervisão Escolar e Administração Escolar, e licenciatura plena com habilitações em Orientação Educacional e Administração Escolar; de Artes Práticas, licenciatura de 1º grau, com habilitações em Artes Industriais e Técnicas Comerciais, de e Estudos Sociais, licenciatura de 1º grau, ministrados pela Universidade Federal do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário (Brasil, 1978).

O documento reconhece as habilitações em Supervisão Escolar e Administração Escolar. Contudo, as habilitações são ampliadas por meio da Portaria nº 373, de 25 de maio de 1981, que autorizou o reconhecimento da habilitação para o “Magistério - Formação de Professores de Disciplinas Especializadas no Ensino de Segundo Grau da Universidade Federal do Piauí” (Brasil, 1981). Nessa direção, o Parecer do CFE nº 348/81 definiu as habilitações do curso que passaram a ser reconhecidas, conforme foi estabelecido:

Art. 19 - É concedido reconhecimento aos cursos de Pedagogia, Licenciatura plena com as habilitações em Supervisão Escolar e em Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau, e Formação de Professores das Disciplinas Especializadas no Ensino de 2º grau-Esquema II, ministrado pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí (Brasil, 1981).

Do ponto de vista do seu funcionamento, o “Relatório da Equipe de Acompanhamento e Avaliação de Currículo (EAAC)”, divulgado no dia 11 de janeiro de 1984, destacou as atividades desenvolvidas ao longo do mencionado ano:

- Reelaboração da Proposta Curricular a partir da recomendação do Conselho Departamental de que no Curso de Pedagogia a Habilitação em Magistério deve preceder a qualquer outra;
- Reformulação da Proposta Curricular considerando sugestões do corpo docente e discente após análise da Proposta;
- Reuniões com o Diretor, Chefes de Departamentos e Docentes do CCE, para análise e discussão da Proposta;
- Reunião com professores representantes das demais habilitações do Curso de Pedagogia, com vistas a discutir o Tronco Comum Obrigatório – Habilitação em Magistério;
- Participação na reunião de Conselho Departamental do CCE de 07/07/1983, em que se discutiu a reorientação do Currículo de Pedagogia, no sentido de tornar comum a todas as habilitações a formação em Magistério (UFPI, 1984).

Nesta relação de atividades, pode ser observado uma nova concepção sobre habilitação em Magistério. Diante disso, foi instituída uma inovação na estruturação do curso – segundo a qual em todas as habilitações o magistério deveria constar, como núcleo comum, uma vez que, mesmo havendo a oferta de habilitação para áreas específicas, a docência foi constituída como espinha dorsal da formação em Pedagogia.

Em 1984, o CCE tomou uma decisão que deu novos rumos às habilitações do curso, ao estabelecer que “a CAAC⁴ acumularia as funções (ainda não bem definidas) das coordenações das 6 [seis] habilitações existentes [...], abrangendo o currículo antigo e novo” (UFPI, 1984). Diante disso, a equipe passou a contar com seis membros e o motivo para tal decisão foi racionalizar as interfaces do trabalho. Portanto, a equipe iniciou seu trabalho em conjunto e a coordenação das habilitações foi dividida entre seus membros:

Nilza Nunes Marreiros Guerra – Orientação Educacional
Benilde Ferreira de Assunção Farias – Supervisão Escolar
Maria Rita de Sousa Albuquerque – Magistério
Arlene Rosa Ramos – Educação Pré-Escolar
Isabel Maria Tajra Torres – Administração Escolar
Valdiva de Lima Veloso – Educação Rural (UFPI, 1984).

No decorrer do período em estudo, o curso sofreu muitas mudanças na sua estrutura curricular e no seu funcionamento. As principais partiram de uma nova

⁴ Coordenação de Avaliação e Acompanhamento Curricular.

perspectiva de atuação do pedagogo que buscava se adequar às demandas da época. A Ata da reunião ordinária dos professores do Departamento de Educação, datada de 18 de janeiro de 1973, estabeleceu as disciplinas para a Licenciatura Curta em Pedagogia. Dessa forma, o quadro 1 mostra quais foram as determinadas para o primeiro currículo do curso.

Quadro 1 – Disciplinas do Ciclo Básico, Parte Comum e Parte Diversificada do Curso de Pedagogia para o ano de 1973

| | DISCIPLINA | CRÉDITO | CARGA HORÁRIA |
|---------------------|-------------------------------------|---------|---------------|
| CICLO BÁSICO | Português I | 4.0.0 | 60 |
| | Matemática I | 4.0.0 | 60 |
| | Introdução à Metodologia Científica | 4.0.0 | 60 |
| | Introdução a Sociologia | 4.0.0 | 60 |
| | Língua Estrangeira | 4.0.0 | 60 |
| | Educação Física | 3.0.0 | 45 |
| | Estudo dos Problemas Brasileiros | 5.0.0 | 45 |
| | Introdução à Educação | 3.0.0 | 60 |
| | Total | 30 | 450 |
| CICLO PROFISSIONAL | | | |
| PARTE COMUM | Didática | 4.0.0 | 60 |
| | Filosofia da Educação | 3.0.0 | 45 |
| | Introdução a Psicologia | 3.0.0 | 20 |
| | Psicologia da Educação I | 4.0.0 | 60 |
| | Psicologia da Educação II | 5.0.0 | 75 |
| | História da Educação | 3.0.0 | 45 |
| | Sociologia da Educação | 3.0.0 | 45 |
| PARTE DIVERSIFICADA | Metodologia do Ensino de 1º Grau | 4.0.0 | 60 |
| | Metodologia do Ensino de 2º Grau | 5.0.0 | 75 |
| | Introdução à Economia | 5.0.0 | 45 |
| | Economia Aplicada à Educação | 3.0.0 | 45 |

Fonte: Universidade Federal do Piauí (1973).

Em seus primeiros anos de funcionamento, a proposta curricular adotada foi organizada em três partes. A primeira, denominada de *Ciclo Básico*, constituía-se por disciplinas relacionadas aos conhecimentos e conteúdos curriculares do âmbito da Língua Portuguesa, Matemática, Metodologia Científica, Sociologia, Língua Estrangeira e Educação Física, associados à Educação. A segunda, nomeada de *Parte Comum*, se referia às bases sociológicas, filosóficas, psicológicas e históricas da educação, além da

área de didática. A terceira, designada de *Parte Diversificada*, envolvia as áreas de Metodologia para o 1º e 2º Grau e economia relacionadas à educação.

Em 1983, foi discutida uma nova proposta curricular. Assim, cada habilitação possuía disciplinas de Núcleo Comum, Núcleo Diversificado e Tronco Comum Obrigatório, além das específicas de cada habilitação. O quadro 2 exibe os componentes curriculares propostos para 1983.

Quadro 2 – Núcleo comum, núcleo diversificado, tronco comum obrigatório e disciplinas complementares e optativas das Habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Magistério

| | DISCIPLINA | CRÉDITOS | CARGA HORÁRIA |
|---|--|----------------------------|---------------|
| NÚCLEO COMUM | Português I | 4.0.0 | 60 |
| | Matemática I | 4.0.0 | 60 |
| | Introdução à Metodologia Científica | 4.0.0 | 60 |
| | Inglês ou Francês | 4.0.0 | 60 |
| NÚCLEO DIVERSIFICADO | Introdução a Sociologia | 4.0.0 | 60 |
| | Filosofia da Educação | 4.0.0 | 60 |
| TRONCO COMUM OBRIGATÓRIO | Psicologia da Educação I | 4.0.0 | 60 |
| | Psicologia da Educação II | 4.0.0 | 60 |
| | Estatística Aplicada à Educação | 4.0.0 | 60 |
| | História da Educação I | 4.0.0 | 60 |
| | História da Educação II | 4.0.0 | 60 |
| | Didática I | 5.0.0 | 75 |
| | Ensino de 1º e 2º Graus | 5.0.0 | 75 |
| | Biologia da Educação | 4.0.0 | 60 |
| | Dinâmica de Grupo | 3.0.0 | 45 |
| | Estudo dos Problemas Brasileiros I | 1.0.0 | 15 |
| | Estudo dos Problemas Brasileiros II | 1.0.0 | 15 |
| | DISCIPLINAS COMPLEMENTARES DA HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR | Introdução à Administração | 4.0.0 |
| Economia da Educação | | 4.0.0 | 60 |
| Planejamento da Educação | | 4.0.0 | 60 |
| Educação – Enfoque Sistêmico | | 2.0.0 | 30 |
| Administração de Escolas e Sistemas Escolares | | 6.0.0 | 90 |
| Avaliação e Controle Administrativo | | 5.0.0 | 75 |
| Legislação do Ensino | | 4.0.0 | 60 |
| Currículos e Programas | | 5.0.0 | 75 |
| Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica | | 4.0.0 | 60 |
| Técnicas de Reunião | | 3.0.0 | 45 |
| Organização e Métodos I | | 4.0.0 | 00 |
| Estágio Supervisionado | | 0.0.5 | 225 |
| DISCIPLINAS | | Recursos Audiovisuais | 2.0.0 |
| | Monografia Especializada | 4.0.0 | 60 |
| | Didática II | 5.0.0 | 75 |

| | | | |
|--|--|-------------------|-------|
| OPTATIVAS DA HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR | Psicologia Social | 4.0.0 | 60 |
| | Princípios e Métodos de Supervisão Escolar | 4.0.0 | 60 |
| | Princípios e Métodos da Orientação Educacional | 4.0.0 | 60 |
| | Psicologia da Personalidade | 4.0.0 | 60 |
| | Direito Administrativo I | 6.0.0 | 90 |
| | Antropologia Cultural | 6.0.0 | 90 |
| | Tópicos Especiais em Educação | 2.0.0 | 30 |
| | Higiene Escolar | 2.0.0 | 30 |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS PARA A HABILITAÇÃO EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL | Princípios e Métodos de Orientação Educacional I | 4.0.0 | 60 |
| | Princípios e Métodos de Orientação Educacional II | 4.0.0 | 60 |
| | Princípios e Métodos de Orientação Educacional III | 4.0.0 | 60 |
| | Técnicas de Aconselhamento | 4.0.0 | 60 |
| | Psicologia da Personalidade | 4.0.0 | 60 |
| | Orientação Vocacional | 6.0.0 | 90 |
| | Psicologia Social | 4.0.0 | 60 |
| | Testes Psicométricos | 6.0.0 | 90 |
| | Psicologia do Excepcional | 5.0.0 | 75 |
| | Organização do Serviço de Orientação Educacional | 4.0.0 | 60 |
| | Estágio Supervisionado | 0.0.5 | 225 |
| | DISCIPLINAS OPTATIVAS DA HABILITAÇÃO EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL | Ensino Programado | 4.0.0 |
| Artes em Educação | | 3.0.0 | 45 |
| Recursos Audiovisuais | | 2.0.0 | 30 |
| Currículos e Programas | | 5.0.0 | 75 |
| Didática II | | 5.0.0 | 75 |
| Educação: Enfoque Sistêmico | | 2.0.0 | 30 |
| Metodologia do Ensino I | | 4.0.0 | 60 |
| Terapia Ocupacional | | 3.0.0 | 45 |
| Técnica Vocal | | 2.0.0 | 30 |
| Monografia Especializada | | 4.0.0 | 60 |
| Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica | | 4.0.0 | 60 |
| Tópicos Especiais em Educação | | 2.0.0 | 30 |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS DA HABILITAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR | Princípios e Métodos da Supervisão Escolar I | 4.0.0 | 60 |
| | Princípios e Métodos da Supervisão Escolar II | 4.0.0 | 60 |
| | Currículos e Programas | 5.0.0 | 75 |
| | Didática II | 5.0.0 | 75 |
| | Supervisão e Coordenação da Área de Comunicação e Expressão | 4.0.0 | 60 |
| | Supervisão e Coordenação da Área de Estudos Sociais | 3.0.0 | 45 |
| | Supervisão e Coordenação da Área de Ciências | 4.0.0 | 60 |
| | Metodologia do Ensino I | 4.0.0 | 60 |
| | Metodologia do Ensino II | 4.0.0 | 60 |
| | Medidas Educacionais | 6.0.0 | 90 |
| | Técnicas de Reunião | 3.0.0 | 45 |
| | Estágio Supervisionado em Supervisão Escolar | 0.0.5 | 225 |

| | | | |
|---|--|-----------------------------|-------|
| DISCIPLINAS OPTATIVAS DA HABILITAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR | Ensino Programado | 4.0.0 | 60 |
| | Arte em Educação | 4.0.0 | 60 |
| | Recursos Audiovisuais | | |
| | Educação: Enfoque Sistêmico | 2.0.0 | 30 |
| | Técnica Vocal | 2.0.0 | 30 |
| | Monografia Especializada | 4.0.0 | 60 |
| | Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica | 4.0.0 | 60 |
| | Economia da Educação | 4.0.0 | 60 |
| | Planejamento da Educação | 4.0.0 | 60 |
| | Antropologia Cultural | 4.0.0 | 60 |
| | Tópicos Especiais em Educação | 2.0.0 | 30 |
| | Legislação do Ensino | 4.0.0 | 60 |
| | DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS DA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO | Psicologia da Personalidade | 4.0.0 |
| Currículos e Programas | | 5.0.0 | 75 |
| Recursos Audiovisuais | | 2.0.0 | 30 |
| Medidas Educacionais | | 6.0.0 | 90 |
| Didática II | | 5.0.0 | 75 |
| Metodologia do Ensino I | | 4.0.0 | 60 |
| Metodologia do Ensino II | | 4.0.0 | 60 |
| Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica | | 4.0.0 | 60 |
| Legislação do Ensino | | 4.0.0 | 60 |
| Artes em Educação | | 3.0.0 | 45 |
| Psicologia do Excepcional | | 5.0.0 | 75 |
| Educação do Excepcional | | 5.0.0 | 75 |
| Prática do Ensino de Disciplinas Pedagógicas | | 1.1.2 | 135 |

Fonte: Universidade Federal do Piauí (1983).

Diante dessas informações, é possível perceber mais uma mudança realizada no currículo, na qual a proposta curricular oficial do Curso o organizou em quatro partes: *Núcleo Comum*, no qual agrupava disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Metodologia Científica e Língua Estrangeira associados à Educação; *Núcleo Diversificado*, referente às bases sociológicas e filosóficas da educação; *Tronco Comum Obrigatório*, relacionado às áreas de Psicologia, Estatística, História, Didática, Biologia e disciplinas nomeadas de Ensino de 1º e 2º Grau, Dinâmica de Grupo e Estudo dos Problemas Brasileiros (I e II); *Disciplinas Complementares Obrigatória e Optativas* específicas para cada habilitação, cujos componentes curriculares voltavam-se para discussões próprias de cada área.

A título de exemplo, entre as disciplinas complementares específicas da habilitação para Administração Escolar, estavam: Introdução à Administração, Economia da Educação, Planejamento da Educação, Educação – Enfoque Sistêmico, Administração de

Escolas e Sistemas Escolares, Avaliação e Controle Administrativo, Legislação do Ensino, Currículos e Programas, Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica, Técnicas de Reunião, Organização e Métodos I e Estágio Supervisionado.

A organização do curso por habilitações ocorreu em decorrência das concepções da tendência pedagógica tecnicista, deflagrada no final da década de 1960. De acordo com Saviani (2012, p. 11) “essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico”. Acerca dessa questão, o mesmo autor relata que:

As reformas do ensino preparadas pelo governo militar decorrente do golpe de 1964 começam a ser implantadas em 1969 sob a égide da pedagogia tecnicista, que se torna a orientação oficial. Esta enfrenta, porém, a resistência de lideranças intelectuais expressivas que passam a elaborar e difundir a crítica à pedagogia oficial, fortemente inspirada nas ideias constitutivas das teorias crítico-reprodutivistas (Saviani, 2011, p. 16).

Desse modo, por intermédio do Decreto nº 464/1969, que implementou a Reforma Universitária, Lei nº 5.540/1968, foi publicado o Parecer CFE nº 252/1969, que introduziu as habilitações técnicas na graduação em Pedagogia. Assim, a formação em Pedagogia acabou recebendo aspectos técnicos, o que resultou em acentuadas críticas acerca da fragmentação da formação em Pedagogia e a consequente especialização do trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Básica pelo profissional formado pela licenciatura (Medeiros; Araújo e Santos, 2021).

Conforme se pode perceber, a alteração no currículo de Pedagogia da UFPI ocorreu no período de reformulação da área em todo o Brasil. No que se refere às questões tratadas nessas mudanças, Medeiros; Araújo e Santos (2021, p. 573) argumentam que:

A pauta principal do movimento defendia a importância de dar centralidade à docência como o pilar identitário dos Cursos de Licenciatura, não sendo diferente com a graduação em Pedagogia. Dessa maneira, visava-se a formação de professores para atuação docente no que corresponde, atualmente, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à Educação Infantil, bem como a formação de

profissionais para atuação na gestão de processos educativos escolares e não escolares.

Diante da discussão empreendida, foi possível observar que, durante o período em estudo, o Curso de Pedagogia da UFPI foi marcado por constantes mudanças na sua organização, sendo essas percebidas por meio das alterações em seu currículo, o que resultou na ampliação progressiva de características técnicas identificadas por meio das distintas habilitações ofertadas. Mesmo diante da oferta de uma formação fragmentada, houve ainda a consolidação da formação para o magistério, uma vez que esse núcleo curricular integrava todas as outras habilitações oferecidas.

20

5 Considerações finais

Ao longo deste trabalho, exploramos a evolução do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, em Teresina. Durante a investigação, destacamos a importância histórica da criação da UFPI e como isso impulsionou o desenvolvimento do Piauí, especialmente no campo educacional com a implantação de cursos nas mais variadas áreas. A análise priorizou sua constituição a partir dos aspectos históricos, organização e funcionamento.

A trajetória do curso refletiu a evolução do campo da educação no Brasil e no Piauí, especialmente com a expansão da universidade pública, com o compromisso de formar profissionais capacitados para atender as demandas no período analisado. Nesse movimento, foi visto que sua implantação visava atender uma demanda por profissionais com qualificação técnica e pedagógica em âmbito da educação estadual.

Após sua implantação, a formação em Pedagogia passou por mudanças na sua organização e funcionamento buscando adequá-las às necessidades da época. Essas modificações puderam ser acompanhadas especialmente na análise de suas matrizes curriculares e nas distintas habilitações que foram ofertadas durante o período em estudo.

Portanto, o trabalho procurou trazer a lume a trajetória do Curso de Pedagogia da UFPI em Teresina, buscando contribuir para o debate acerca da importância dessa análise

para o campo da História da Educação e para a compreensão da história da formação docente no Piauí. Com isso, também se espera estimular outros investimentos em pesquisas sobre essa temática.

Referências

21

BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga: 373 anos de Pedagogia no Piauí**. 1ª. ed. Teresina, EDUFPI, 2021.

BRANDT, A. G; HOBOLD, M. de S. Mudanças e continuidades dos marcos legais do Curso de Pedagogia no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v.5, 1-29, e019027, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652576>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 251/1962**. Currículo mínimo e duração do Curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília, DF, nº 11, p. 59-65.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 252/1969**. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília. (1-100), p.101-117.

BRASIL. **Decreto nº 81.935, de 11 de julho de 1978**. Concede reconhecimento aos cursos de Pedagogia, Artes Práticas e Estudos Sociais da Universidade Federal do Piauí, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81935-11-julho-1978-431006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5528-12-novembro-1968-357748-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras

providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Estado, da Educação e da Cultura. **Portaria nº 373, de 25 de maio de 1981**. Dá reconhecimento dos Cursos de Pedagogia e da Formação de Professores de Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º Grau da Universidade Federal do Piauí.

BRZEZINSKI, I. Pedagogia, **Pedagogos e formação de professores**: busca e movimento. Campinas: Papyrus, 1996.

CARVALHO, M. C. S. **Pedagogia da invenção**: a Prática de Ensino como disciplina acadêmica na Universidade Federal do Piauí. 2013. 155 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10395>. Acesso em 25 ago. 2023.

CATANI, A; OLIVEIRA, J. F. **Educação superior no Brasil**: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

CRUZ, G. B. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e formação com pedagogos primordiais. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2.

DURLI, Z. **O processo de construção das diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia**: concepções em disputa. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89732/247336.pdf?seque>. Acesso em 01 set. 2023.

GALVÃO, A. M. O; LOPES, E. M. T. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente. *In*: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo, Contexto, 2009, p. 9-27.

LUCA, T. R. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo, Contexto, 2020.

MARTELLI, A. C.; MANCHOPE, E. A história do Curso de Pedagogia no Brasil: da sua criação ao contexto após LDB 9394/96. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**,

[s. l.], v. 3, n. 1, ed. 1, p. 1-21, 2004. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/517>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MEDEIROS, E. A; ARAÚJO, O. H. A.; SANTOS, J. M. C. T. O curso de pedagogia no Brasil: uma análise sobre sua história e identidade (1939 – 2019). **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 561–588, 2021. DOI: 10.26514/inter. v12i34.5447. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5447>. Acesso em: 25 ago. 2023.

NASCIMENTO, T. R. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 45, p. 340–346, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i45.8640153. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640153>. Acesso em: 1 dez. 2023.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

QUEIROZ, N. M. C. **Praxiologia e representação social sobre formação de professores nas licenciaturas da UFPI**. 2011. 393 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - UFRN, Natal-RN, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14382>. Acesso em 25 ago. 2023.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil**: História e Teoria. 2ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 474 p. ISBN 978-85-7496-200-9.

SCHEIBE, L. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 43–62, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCY6yvjvfhYPKWNbFMMmL3Pm/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. São Paulo: Editores Associados, 1999.

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. 3ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SOUSA, J. B. **Histórico**. Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal do Piauí, 2022. Disponível em: <https://ufpi.br/en/historico>. Acesso: 30 nov. 2023.

SOUSA NETO, R. N. O Departamento de Educação e o Centro de Ciências da Educação: contribuições para a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). **Revista Amazônida**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, 1(01), 167–188, 2020. <https://doi.org/10.29280/rappge.v1i01.7483>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/7483>. Acesso em: 30 nov. 2023.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **UFPI 50 Anos**: Instalação da Universidade muda paisagem e melhora infraestrutura do bairro Ininga. Teresina - PI, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://ufpi.br/en/ultimas-noticias-ufpi/39825-ufpi-50-anos-instalacao-da-universidade-muda-paisagem-e-melhora-infraestrutura-do-bairro-ininga>. Acesso em: 5 set. 2023.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **Ata da Reunião Ordinária dos Professores do Departamento de Educação da Universidade Federal do Piauí**. Arquivo do CCE/UFPI, 1973. [manuscrito]

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **Ato da Reitoria nº 237, de 6 de maio de 1975**. Autoriza o funcionamento do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura em Educação Para o Lar – 1º Grau. Teresina (PI): UFPI, 1975.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **Proposta Curricular do Curso de Pedagogia**. Arquivo do CCE/UFPI, 1983. [mimeografado]

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **Relatório de atividades desenvolvidas pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação do Currículo e Coordenação de Cursos do Centro de Ciências da Educação no ano de 1984**. Arquivo do CCE/UFPI, 1984. [mimeografado]

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **Resolução nº 16/1971**. Cria o Departamento de Educação na Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI): UFPI, 1971.

José Henrique Plácido dos Santos, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9564-5446>

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-Graduando a nível de Especialização em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pós-Graduando a nível de Especialização em Tutoria em Educação a Distância (UFMS).

Contribuição de autoria: Pesquisa e escrita do artigo.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2718394967565716>

E-mail: joseplacidasantos7@gmail.com

Francisco Gomes Vilanova, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0335-7131>

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí, Coordenador do Curso de História do PARFOR/UFPI, Membro do Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME/UFPI).

Contribuição de autoria: Orientação na pesquisa e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1395920205915867>

E-mail: vilanova@ufpi.edu.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Nara Lucia Gomes Lima e Ana Maria Leite Lobato

Como citar este artigo (ABNT):

SANTOS, José Henrique Plácido dos.; VILANOVA, Francisco Gomes. Constituição histórica do Curso de Pedagogia da UFPI, em Teresina (1973-1984). **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e11482, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/11482>

Recebido em 22 de setembro de 2023.

Aceito em 05 de dezembro de 2023.

Publicado em 19 de fevereiro de 2024.